

30 SET 2003

DF

Obra do metrô está legal, diz secretário

TRIBUNA DO BRASIL

SEGUNDO DAVID JOSÉ DE MATOS, DA PASTA DE OBRAS DO GDF, IRREGULARIDADES CITADAS EM RELATÓRIO DO TCU NÃO PROCEDEM. AS DÚVIDAS, GARANTE ELE, JÁ FORAM ESCLARECIDAS

Vanessa Cordeiro

O secretário de Obras do DF, David José de Matos, disse ontem que o Governo do Distrito Federal já respondeu a todos os questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU), que colocou o Metrô de Brasília na lista nacional de obras irregulares entregues ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). "Não sei por que eles não levaram em conta as nossas respostas", lamenta o secretário. Ele disse que os técnicos da secretaria estiveram com os técnicos do TCU na semana passada para sanar todas as dúvidas levantadas. "Os técnicos do TCU não devem ter tido tempo de analisar todo o relatório que nós entregamos", acredita David. "Nós estamos convencidos de que, com as explicações que nós apresentamos, o problema será resolvido".

O GDF respondeu a todos os questionamentos do TCU. Entregou cópias dos projetos e detalhou os preços das obras no trecho que liga Taguatinga a Ceilândia, incluindo a conclusão de todas as estações, até a número 23. Todo esse ramal, previsto para estar concluído em 2004, foi orçado em R\$ 109 milhões. De 1999 a 2003, o governo local investiu R\$ 134,6 milhões nessa obra, o governo federal, R\$ 94,4 milhões e o BNDES R\$ 18,6 milhões.



David de Matos (detalhe) diz que o GDF respondeu a todos os questionamentos do TCU sobre o metrô

No relatório entregue pelo presidente do TCU, Valmir Campelo, a Sarney, na tarde de ontem, o tribunal aconselha que não sejam liberadas verbas federais para a conclusão das obras consideradas com "graves irregularidades". No caso específico do Metrô, havia uma emenda da bancada local no valor de R\$ 34 milhões, que não foi liberada neste ano pelo Ministério da Fazenda, devido

ao contingenciamento. "Cabe agora à bancada trabalhar junto à Comissão Mista de Orçamento para provar que está tudo regular", afirma o secretário de Obras.

O TCU também levantou questionamentos sobre a duplicação do trecho da BR 020 entre Planaltina (DF) até a divisa com Goiás, via que leva a Formosa. A principal indagação é em relação ao orçamento, que

prevê o uso de brita graduada e elevou o valor da obra para R\$ 20 milhões, também contingenciados no início deste ano. Os técnicos do tribunal querem saber por que a adequação desse trecho não pode ser feita com cascalho, material bem mais barato. "O custo para buscar o cascalho, a 90 quilômetros daqui, encarece a obra", justifica o secretário. "Sem contar que a durabilidade

da brita graduada é bem maior. Mas ela tem um preço maior, que acaba sendo compensado quando se soma o frete do cascalho ao seu preço".

Os técnicos também apontaram problemas em relação ao anel viário da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia) e nas obras de irrigação do Rio Preto. Eles querem saber por que ainda não foi liberada a licença ambiental.

Joel Rodrigues